

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020.

À  
DD. DIRETORIA DA  
**SMEDSJ – SERVIÇOS MÉDICOS SÃO JOSÉ LTDA**  
RIO DE JANEIRO - RJ

REF.: RELATÓRIO FINAL N.º 01/2019 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – BALANÇO PATRIMONIAL;
- 3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO;
- 4 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL;
- 5 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA e;
- 6 – NOTAS EXPLICATIVAS

Releva observa que este relatório representa, através do Relatório dos Auditores Independentes, nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis e os controles internos utilizados por V.Sas. no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, sendo que o consubstanciamento do referido Relatório encontra-se nos Relatório Circunstanciado de Auditoria.

ANEND – AUDITORES INDEPENDENTES  
ATO DECLARATÓRIO CVM N.º 9210  
CRC-RJ n.º 003550/O



HILDO JARDIM ALEGRIA  
Diretor  
Contador - CRC/RJ-041841/S-RJ

À  
DD. DIRETORIA DA  
**SMEDSJ – SERVIÇOS MÉDICOS SÃO JOSÉ LTDA**  
RIO DE JANEIRO - RJ

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **SMEDSJ**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SMEDSJ** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas publicadas pela Agencia Nacional der Saude Suplementar – ANS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **SMEDSJ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Conforme Notas Explicativas 13 – PATRIMONIO LIQUIDO, **letras (b)** que referencia o Ajuste a valor justo, referenciando que em 28 de novembro de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle da Operadora. A alteração do controlador da Operadora foi aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar em 11 de novembro de 2019 por meio do ofício nº 122/2019/ASSNT – DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE. Através de empresa independente, foi apurado o valor justo dos ativos e passivos identificáveis a Operadora, registrado nos livros contábeis, impactando as contas patrimoniais de ativos e passivos com contra partida no patrimônio líquido da Operadora em R\$ 4.940.119; **letra (c)** que referencia a insuficiência de Margem de Solvência no valor de R\$ 5.536.613 mil, onde o Grupo Notre Dame Intermédica já tem ciência dos impactos da insolvência e está trabalhando para regularização do indicador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da **SMEDSJ** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidos *pelo International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **SMEDSJ** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **SMEDSJ** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **SMEDSJ** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **SMEDSJ**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **SMEDSJ**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **SMEDSJ** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020.

ANEND – AUDITORES INDEPENDENTES  
ATO DECLARATÓRIO CVM N.º 9210  
CRC-RJ n.º 003550/O



HILDO JARDIM ALEGRIA  
Diretor  
Contador - CRC/RJ-041841/S-RJ

À  
DD. DIRETORIA DA  
**SMEDSJ – SERVIÇOS MÉDICOS SÃO JOSÉ LTDA**  
RIO DE JANEIRO – RJ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA

Em conexão com nossos exames das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 da **SMEDSJ**, avaliamos a qualidade e adequação dos controles internos e do procedimento contábeis adotados.

1. Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria adotadas no Brasil, através de provas circunstanciais e outros procedimentos de auditoria julgados necessários, sendo observado a Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 e todas as normativas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, onde emitimos nosso Parecer dos Auditores Independentes.
2. Foram revisadas todas as mutações ocorridas desde janeiro a dezembro de 2019, nas contas patrimoniais Ativas, Passivas e de Resultado, sendo observado a correta classificação, suas veracidades através de testes específicos em cada caso e confronto com documentos e controles internos pertinentes e constatamos:
  - 2.1. Revisamos todas as mutações patrimoniais e financeiras ocorridas no exercício de 2019 da **SMEDSJ**, observando o atendimento das exigências da ANS através de suas Resoluções Normativas emitidas, atendimento aos registros contábeis observando as contas patrimoniais e de resultado constante do Plano de Conta Padrão.
  - 2.2. Revisamos as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas apresentadas após encerramento de nossa auditoria de campo, confrontamos os valores apresentados com os valores do balancete auditado e encontramos uniformidade entre eles, bem como foram elaboradas de acordo com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS.
  - 2.3. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- 2.4. Como partes integrantes do escopo de auditoria julgados necessários para a Operadora, verificamos por amostragem os processos de comercialização e comissionamento; a recepção e processamento de contas médicas; a contratualização de prestadores e operadoras que fazem intermediação de rede indireta; os cadastros de beneficiários; os faturamentos de contraprestações; a contabilidade das provisões técnicas ou outras provisões; os controles e limites financeiros para valores a pagar e a receber da operadora; e as transações com partes relacionadas, adiantamentos e empréstimos e não detectamos incorreções julgada necessárias para comentários.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020.

ANEND – AUDITORES INDEPENDENTES  
ATO DECLARATÓRIO CVM N.º 9210  
CRC-RJ n.º 003550/O



HILDO JARDIM ALEGRIA  
Diretor  
Contador - CRC/RJ-041841/S-RJ

## SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2019	2018
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>16.380.439</b>	<b>17.214.715</b>
Disponível	5	330.128	89.808
Realizável		<b>16.050.311</b>	<b>17.124.907</b>
Aplicações financeiras	5	<b>14.848.549</b>	<b>14.761.546</b>
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		4.803.839	3.019.848
Aplicações livres		10.044.710	11.741.698
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	<b>1.048.152</b>	<b>759.184</b>
Contraprestações pecuniárias a receber		1.048.152	759.184
Créditos tributários e previdenciários	7	62.640	694.450
Bens e títulos a receber		88.138	909.727
Despesas antecipadas		2.832	-
<b>Não circulante</b>		<b>3.552.615</b>	<b>2.752.550</b>
Realizável a longo prazo		<b>3.511.491</b>	<b>2.281.824</b>
Ativo fiscal diferido		2.689.939	-
Depósitos judiciais e fiscais	8	821.552	2.281.824
<b>Imobilizado</b>		<b>41.124</b>	<b>470.726</b>
Imóveis de uso próprio		-	<b>451.740</b>
Imóveis - Hospitalares		-	451.740
Imobilizado de uso próprio		<b>41.124</b>	<b>18.986</b>
Imobilizado - Não Hospitalares		41.124	18.986
<b>Total do ativo</b>		<b>19.933.054</b>	<b>19.967.265</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>9.622.127</b>	<b>9.811.805</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	<b>8.303.303</b>	<b>8.532.791</b>
Provisão de contraprestações		<b>2.661.659</b>	<b>2.608.975</b>
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		2.661.659	2.608.975
Provisão de eventos liquidar para SUS		3.135.209	2.600.676
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		2.035.812	2.998.627
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		470.623	324.513
Provisões		-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	10	415.654	496.656
Débitos diversos	11	903.170	782.358
<b>Não circulante</b>		<b>5.617.265</b>	<b>642.072</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		-	-
Provisões	12	<b>5.617.265</b>	<b>642.072</b>
Provisões para ações judiciais		5.617.265	642.072
<b>Patrimônio líquido</b>	13	<b>4.693.662</b>	<b>9.513.388</b>
Capital social		3.921.400	3.921.400
Adiantamento para futuro aumento de capital		600.000	-
Reservas:		<b>5.111.879</b>	<b>5.591.988</b>
Reservas de lucros		5.111.879	5.591.988
Prejuízos Apurados		(4.939.617)	-
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>19.933.054</b>	<b>19.967.265</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda.**

Demonstrações dos resultados  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	Notas	31 de dezembro	
		2019	2018
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		<b>51.489.365</b>	<b>49.868.051</b>
Receitas com operações de assistência à saúde	14	<b>52.335.310</b>	<b>50.958.975</b>
Contraprestações líquidas		52.335.310	50.942.785
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		-	16.190
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(845.945)	(1.090.924)
Eventos indenizáveis líquidos	15	<b>(43.830.289)</b>	<b>(39.076.575)</b>
Eventos conhecidos ou avisados		(43.725.613)	(39.021.813)
Recuperação de eventos indenizáveis		41.433	-
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		(146.109)	(54.762)
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>		<b>7.659.076</b>	<b>10.791.476</b>
Outras despesas operacionais de planos de assistência à saúde		<b>(241.589)</b>	<b>(938.605)</b>
Outras despesas de operações com planos de assistência à saúde		(246.776)	(836.579)
Provisão para perdas sobre créditos		5.187	(102.026)
<b>Resultado bruto</b>		<b>7.417.487</b>	<b>9.852.871</b>
Despesas de comercialização		(276.780)	(227.710)
Despesas administrativas	16	(5.399.366)	(5.978.075)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>944.334</b>	<b>854.746</b>
Receitas financeiras		1.079.145	968.804
Despesas financeiras		(134.811)	(114.058)
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>390.173</b>	<b>-</b>
Receita patrimonial		390.173	-
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>3.075.848</b>	<b>4.501.832</b>
Imposto de renda		(960.792)	(1.444.978)
Contribuição social		(352.365)	(328.641)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.762.691</b>	<b>2.728.213</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.762.691</b>	<b>2.728.213</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda.**

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Resultado líquido	1.762.691	2.728.213
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<b>1.762.691</b>	<b>2.728.213</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Prejuízo Acumulado</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>3.921.400</b>		<b>1.914.243</b>	-	-	<b>5.835.643</b>
Lucro líquido do exercício		-		-	-	2.521.532	<b>2.521.532</b>
Reserva Retenção Lucros		-		2.321.532	-	(2.321.532)	-
Dividendos distribuídos		-				(200.000)	<b>(200.000)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>3.921.400</b>	-	<b>4.235.775</b>	-	-	<b>8.157.175</b>
Lucro líquido do exercício		-		-	-	2.728.213	<b>2.728.213</b>
Reserva retenção lucros		-		1.356.213	-	(1.356.213)	-
Dividendos distribuídos		-		-	-	(1.372.000)	<b>(1.372.000)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>3.921.400</b>	-	<b>5.591.988</b>	-	-	<b>9.513.388</b>
Lucro líquido do exercício		-		-	-	1.762.691	<b>1.762.691</b>
Redução de capital	13	(758.000)		-	-	-	<b>(758.000)</b>
Integralização de capital	13	758.000		-	-	-	<b>758.000</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	600.000	-	-	-	<b>600.000</b>
Ajuste a valor justo	13	-		-	(4.939.617)	-	<b>(4.939.617)</b>
Dividendos distribuídos		-		(480.109)	-	(1.762.691)	<b>(2.242.800)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>3.921.400</b>	<b>600.000</b>	<b>5.111.879</b>	<b>(4.939.617)</b>	-	<b>4.693.662</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda.**

Demonstrações dos fluxos de caixa - (método direto)  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	31 de dezembro de	
	2019	2018
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de plano de saúde	52.516.528	51.241.855
Resgates de aplicações financeiras	15.927.092	11.888.270
Outros recebimentos operacionais	182.608	187.807
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(40.979.422)	(36.867.497)
Pagamento de comissões	(276.274)	(227.487)
Pagamento de pessoal	(2.232.453)	(1.153.638)
Pagamento de pró-labore	(27.648)	(35.502)
Pagamento de serviços de terceiros	(1.057.388)	(1.665.896)
Pagamento de tributos	(5.396.034)	(5.634.533)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(957.744)	(625.145)
Pagamento de promoção/publicidade	(84.418)	(20.425)
Aplicações financeiras	(15.535.236)	(14.516.090)
Outros pagamentos operacionais	(1.170.869)	(1.195.774)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>908.742</b>	<b>1.375.945</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Integralização de Capital em Dinheiro	1.358.000	-
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(28.662)	-
Outros pagamentos das atividades de financiamentos	(2.242.800)	(1.372.000)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(913.462)</b>	<b>(1.372.000)</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(4.720)</b>	<b>3.945</b>
CAIXA - Saldo inicial	89.808	85.863
CAIXA - Saldo final	86.088	89.808
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(3.720)</b>	<b>3.945</b>
Ativos livres no início do exercício	11.831.506	8.851.720
Ativos livres no final do exercício	10.268.207	11.831.506
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>	<b>(1.563.299)</b>	<b>2.979.786</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.762.691</b>	<b>2.728.213</b>
Depreciação e amortização	89.163	163.584
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(5.187)	102.026
Provisão para contingências	-	165.429
Varição provisões técnicas	146.110	38.572
Redução dos ativos	190.555	(2.706.118)
Aumento dos passivos	(3.092.074)	884.239
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(908.742)</b>	<b>1.375.945</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais  
31 de dezembro de 2019 e de 2018  
(Em reais)

### **1. Contexto operacional**

A **SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda.** (doravante denominada por “Empresa” ou “Operadora”), é uma Empresa de responsabilidade limitada, controlada pelo Grupo Notre Dame Intermédica, domiciliada no Brasil com sede em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, localizada na rua Coronel Serrado, nº 1.000. A Empresa tem por objeto social a prestação de serviços da forma de plano de assistência à saúde, prestação de serviços no campo da medicina, odontologia, hospitalar, laboratorial, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios e participação como sócia, acionista ou quotista no capital de outras sociedades.

### **2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras**

#### a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Empresa ao elaborar estas Demonstrações Financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios, (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Empresa aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das informações financeiras intermediárias. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Empresa.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2020.

#### b) Base de mensuração

A preparação das Demonstrações Financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado e custo amortizado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

c) Continuidade

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

d) Comparabilidade

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2018, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS.

e) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as Demonstrações Financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas Demonstrações Financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- Provisões técnicas; e
- Provisões judiciais;

g) Segregação entre circulante e não circulante

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado
- espera-se que seja realizado até 12 meses da data do balanço.

- é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que a sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- deve ser liquidado no período de 12 meses após a data do balanço.
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

- h) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019 e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas estão abaixo apresentadas:

**Resolução Normativa nº 442/2018 – Resolução Normativa nº 442/2018 - Critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.**

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS publicou em 20 de dezembro de 2018, a RN nº 442/2018 que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, onde tem como exigência a elaboração de cálculos atuariais e se necessário a constituição de provisão para a Peona – SUS e Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações – PIC.

A Operadora pretende adotar esta norma a partir de janeiro de 2020 quando a ANS exige sua aplicação

**Resolução Normativa nº 443/2019 - Práticas mínimas de governança corporativa para fins de solvência**

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS publicou em 25 de janeiro de 2019, a RN nº 443/2019 que dispõe sobre as práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de planos de assistência à saúde.

A Empresa em suas práticas de governança corporativa, alinhadas com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, já utiliza na sua maioria as exigências aplicadas nesta RN.

A Empresa está avaliando na íntegra essa Resolução Normativa, com o objetivo de aplicá-la e irá pôr em prática na data exigida, prevista para o exercício de 2023.

**IFRS 17 – Contratos de Seguros (sem equivalente para o CPC até o momento)**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 18 de maio de 2017, o IFRS 17, que substituirá o IFRS 4 a partir de 1º de janeiro de 2021, com possibilidade de mudança dado que o IASB continua discutindo a data de vigência. O IFRS 17 é uma norma voltada para

contratos de seguros e objetiva a melhora da comparabilidade das informações prestadas pelas Empresas, uma vez que atualmente existem abordagens diferentes em relação à contabilização e divulgação dos contratos de seguros pelas Empresas.

Essa norma tem implicações em outras indústrias além da de seguradoras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá norma equivalente no Brasil.

A Empresa não pretende adotar a norma antecipadamente e aguardarão a emissão de norma equivalente no Brasil para analisar os efeitos sobre as Demonstrações Financeiras da Empresa, com a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das Demonstrações Financeiras de propósito geral fazem com base nessas Demonstrações Financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras.

## **3. Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras individuais foram as seguintes:

### a) Disponível

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### b) Instrumentos financeiros (CPC 48 - Norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade, passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou custo amortizado.

A Empresa reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis a aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado.

Após o reconhecimento inicial a Empresa avaliou as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros.

A Empresa avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, conseqüentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Empresa optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

d) Provisão para perdas sobre créditos

A Empresa constitui provisão para perdas sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 322/2013 alterado pela RN nº 435/2018.

A provisão para perdas sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para os saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

f) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de computação são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, devido as atividades operacionais da Empresa certas provisões são requeridas conforme abaixo:

- A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012 e 393/15, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

- A Provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pela RN 435/2018).
- A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram à rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Eventos conhecidos e sinistros avisados” - Nota explicativa 16 em contrapartida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde” (no plano de contas da ANS registrado na rubrica “Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS” - Nota explicativa 10) no passivo circulante e não circulante.

Conforme RN nº 227/2010, RN nº 329/2013, alterada pela RN nº 417/2017 e 430/2017, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela resolução normativa para cobrir as contraprestações.

i) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras individuais, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

j) Tributos diretosImposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

O Grupo Notre Dame Intermédica adota duas sistemática para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real, após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em Controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo;

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

#### Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22 / IFRIC 23)

Em dezembro de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, que equivale à IFRIC23. A interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro.

A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

- se a Empresa considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- as suposições que a Empresa faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- como a Empresa determina lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas dos impostos;
- como a Empresa considera as mudanças nos fatos e nas circunstâncias.

A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, corrente e diferidos da Empresa e concluiu que é provável a aceitação pelas autoridades fiscais e, portanto, sem impacto na aplicação dessa interpretação nas Demonstrações Financeiras.

#### k) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Empresa atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para esse com planos de assistência à saúde, a Empresa entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Empresa adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes.

#### l. Reconhecimento de Receitas Operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no sub-item “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 9, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

## II. Receitas de Contratos com Clientes

- Prestação de serviços

A Empresa presta serviços de assistência à saúde por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Empresa avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados.

### Contraprestação variável

A Empresa possuiu dois tipos de glosas:

- Internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- Externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Empresa considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a CPC 47.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir, dependendo do método a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- O valor esperado – é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;
- O valor mais provável – é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação;
- Variável - se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

#### 4. Gerenciamentos de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

##### a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Empresa está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Empresa monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Empresa procura priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

##### b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Empresa, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Empresa procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

##### *b.1 Gerenciamento do risco de liquidez*

##### Aplicações financeiras

Liquidez	Disponível e Aplicações Financeiras	31 de dezembro de			
		2019		2018	
		Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
De 0 a 30 dias	Imediata	350.115	2%	-	-
De 31 a 120 dias	CDB - Certificado de depósito bancário	4.803.839	32%	3.019.848	20%
De 31 a 120 dias	Fundo de renda fixa aberto	10.024.723	66%	11.741.698	80%
		<b>15.178.677</b>	<b>100%</b>	<b>14.761.546</b>	<b>100%</b>

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 4.803.839 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.019.848 em 31 de dezembro de 2018).

*b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)*

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

c) Risco de seguro

O modelo de negócio da Empresa é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Empresa também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Empresa monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

## 5. Disponível

As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significativo risco de mudança de valor, e a Empresa têm direito de resgate imediato.

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Caixa e bancos	12.442	89.808
Aplicações de liquidez imediata	15.166.235	14.761.546
	<b>15.178.677</b>	<b>14.851.354</b>

## 6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Créditos de operações de assistência à saúde não relacionado com Planos de Saúde da Operadora.

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	2.088.752	1.034.992
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(1.040.600)	(275.808)
	<b>1.048.152</b>	<b>759.184</b>

## 7. Créditos tributários e previdenciários

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Imposto de renda	62.640	143.842
Crédito PIS e Cofins	-	117.217
Outros Créditos tributários e previdenciários	-	433.391
	<b>62.640</b>	<b>694.450</b>

## 8. Depósitos judiciais

A Empresa possui discussões processuais nas esferas judiciais e administrativas de origem cível, trabalhista e tributária, de acordo com a assessoria jurídica da empresa foram realizados depósitos judiciais para fazer frente a tais reclamações, inclusive relacionados a questionamentos de ressarcimento do SUS. Destacamos a seguir a origem para a Empresa efetuar os depósitos judiciais:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Cível, trabalhista e tributário	105.924	1.659.371
Ressarcimento SUS	715.628	622.452
	<b>821.552</b>	<b>2.281.823</b>

## 9. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	3.135.209	2.600.676
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	2.035.812	2.998.627
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	470.623	324.513
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG)	2.661.659	2.608.975
	<b>8.303.303</b>	<b>8.532.791</b>

## 10. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Imposto de renda	-	57.063
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	44.195
Imposto sobre serviços (ISS)	153.252	91.585
Contribuição previdenciária	83.331	56.055
FGTS	27.925	20.157
PIS e COFINS	-	29.782
Outros	-	9.738
<b>Impostos devidos a recolher</b>	<b>264.508</b>	<b>308.575</b>
Imposto de renda - funcionários	18.950	45.302
Imposto de renda - terceiros	30.038	27.333
Contribuição previdenciária retida	9.737	6.664
Retenção PIS/COFINS/CSLL	92.421	108.782
<b>Impostos retidos a recolher</b>	<b>151.146</b>	<b>188.081</b>
	<b>415.654</b>	<b>496.656</b>

## 11. Débitos diversos

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Obrigações trabalhistas	538.726	567.223
Fornecedores	364.194	19.528
Débitos diversos	250	195.607
	<b>903.170</b>	<b>782.358</b>

## 12. Provisões para ações judiciais e fiscais

Durante o curso normal de seus negócios, a Operadora fica exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Operadora, para os casos em que a perda é considerada provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei.

	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2018	Provisão	2019	Provisão
Trabalhista	10.800	632.088	642.888	642.888
Cíveis	631.272	66.802	698.074	698.074
ANS	-	4.276.303	4.276.303	4.276.303
	<b>642.072</b>	<b>4.975.193</b>	<b>5.617.265</b>	<b>5.617.265</b>

**13. Patrimônio líquido**a) Capital social

Em 19 de setembro de 2019 por meio da Assembleia Geral Extraordinária ocorreu a redução do Capital Social em R\$ 758.000 pela devolução de 758.000 quotas correspondente a 7 (sete) imóveis, sito a rua Coronel Serrado, nº 1000, salas 902, 917, 918, 919, 920, 921 e 922. Na mesma data foi integralizado o montante de R\$ 758.000 em moeda corrente nacional, correspondente a 758.000 quotas. Após a redução do Capital pela retirada dos imóveis e a integralização das novas quotas o Capital Social não sofreu alteração.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 3.921.400 (R\$ 3.921.400 em 31 de dezembro de 2018), totalmente subscrito e integralizado, representado por 3.921.400 cotas, no valor nominal de R\$ 1 cada.

A Controladora Notre Dame Intermédica Saúde S.A., realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 600.000 no exercício de 2019.

b) Reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos quotista.

Ajuste a valor justo

Em 28 de novembro de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle da Operadora. A alteração do controlador do Operadora foi aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar em 11 de novembro de 2019 por meio do ofício nº 122/2019/ASSNT – DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Através de empresa independente, foi apurado o valor justo dos ativos e passivos identificáveis a Operadora, registrado nos livros contábeis, impactando as contas patrimoniais de ativos e passivos com contra partida no patrimônio líquido da Operadora em R\$ 4.940.119.

c) Margem de Solvência

	<b>31 de dezembro de 2019</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>4.693.662</b>
<b>Adições:</b>	-
(+) Obrigações legais classificadas no passivo não circulante	-
<b>Deduções:</b>	-
(-) Despesa de comercialização diferida	-
(-) Despesas antecipadas	-
<b>Patrimônio mínimo ajustado</b>	<b>4.693.662</b>
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	10.467.062
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	13.132.573
<b>Margem de solvência 77,90% (maior entre (a) e (b))</b>	<b>10.230.275</b>
<b>Insuficiência de capital</b>	<b>(5.536.613)</b>

Em 28 de novembro de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle da Operadora. Os impactos da apuração do valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Operadora, registrados no patrimônio líquido.

A Empresa já tem ciência dos impactos da insolvência e está trabalhando para regularização do indicador.

#### 14. Contraprestações líquidas

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	52.335.310	50.942.785
Varição das provisões técnicas de assistência à saúde	-	16.190
	<b>52.335.310</b>	<b>50.958.975</b>

#### 15. Eventos indenizáveis líquidos

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Eventos conhecidos ou avisados	(42.484.786)	(37.785.783)
Avisos recebidos do SUS	(1.386.936)	(1.327.892)
Recuperação de Glosa	41.433	91.862
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(146.109)	(54.762)
	<b>(43.830.289)</b>	<b>(39.076.575)</b>

#### 16. Despesas administrativas

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Pessoal	(3.513.433)	(2.275.608)
Serviços de terceiros	(1.116.878)	(1.566.541)
Localização e funcionamento	(180.133)	(239.551)
Tributos	(11.067)	(27.957)
Publicidade e propaganda	(84.417)	(20.425)
Depreciação e amortização	(89.163)	(163.584)
Outras	(404.275)	(1.684.409)
	<b>(5.399.366)</b>	<b>(5.978.075)</b>